

Lei nº 563-A-66.

De 30 de novembro de 1966.

Que dispõe sobre o adicional por tempo de serviço prestado aos municípios, pelos funcionários municipais do Brasil.

O Deputado Luiz Armando Catta Preta, Prefeito municipal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os termos do Artigo 21, § 2º, da Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo, nº 9.205, de 28 de Dezembro de 1965, promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ao funcionário público municipal do Brasil, em exercício do cargo criado por Lei, que completar (10) dez anos de serviço efetivo, prestado ao município do Brasil, sem interrupção, será atribuído um adicional igual a dez por cento (10%) do respectivo vencimento, o qual será elevado para quinze (15%) por cento e vinte por cento (20%) quando o tempo de serviço do funcionário for, respectivamente de quinze e vinte anos completos.

§ 1º - As licenças legalmente concedidas não interrompem o exercício.

§ 20- A contagem do tempo de serviço, para efeito do adicional, será feita em dias corridos, descontando-se as faltas e os períodos de afastamento, excetuando-se aqueles a que se referem os artigos da Lei 13.030, dos Estatutos dos Funcionários Públicos Civis dos Municípios do Estado de S. Paulo.

Artigo 2º - O adicional por tempo de serviço, que se incorpora, para todos os efeitos aos vencimentos, serão pagos juntamente com estes, em folhas de pagamento mensal, depois de feita a contagem do tempo a requerimento do funcionário.

§ Único - A despesa decorrente do adicional, correrá por conta de dotações próprias - constantes dos orçamentos do município.

Artigo 3º - A presente Lei, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967, revogando-se as disposições em contrário. Prefeitura municipal de Orlandia, 30 de novembro de 1966.

a) Cyrro Armando Cattalini
Direta. Prefeitura municipal.

Eu, Lenita Martinelli de Paula, nesta data registrei.